

Golpe já altera QR Code do Pix em lojas virtuais e desvia pagamentos de clientes

Fraude infecta página de pagamento e direciona valores para contas controladas por criminosos

DIVULGAÇÃO/AGÊNCIA SP



Os comerciantes devem manter os sistemas atualizados, adotar senhas fortes e monitorar alterações suspeitas nas páginas de pagamento

Da Redação

O Procon de São Paulo alertou consumidores sobre uma fraude que modifica o QR Code e o código Pix Copia e Cola apresentados nas páginas de pagamento de lojas virtuais. A alteração redireciona o valor da compra para contas controladas por criminosos, embora o processo aparente funcionar normalmente para o cliente.

O golpe ocorre por meio da invasão do sistema da loja, e não necessariamente do celular ou do computador usado pelo comprador. Um código malicio-

so é inserido na plataforma de comércio eletrônico e substitui os dados legítimos do pagamento no momento em que a transação é concluída. Dessa forma, todos os consumidores que utilizarem o site comprometido podem ser afetados.

A fraude foi identificada principalmente em pequenos e médios estabelecimentos que utilizam a plataforma Magento. Segundo informações divulgadas por especialistas em segurança digital, ao menos 90 sites brasileiros foram encontrados com o código malicioso. A substituição pode atingir tanto o QR

Code exibido na tela quanto a sequência numérica usada na modalidade Pix Copia e Cola.

A mudança não produz sinais visuais evidentes na página. Por isso, o Procon-SP recomenda que o consumidor confira os dados apresentados pelo aplicativo bancário antes de autorizar qualquer transferência. O nome ou a razão social do recebedor e o CNPJ devem corresponder às informações fornecidas pela loja.

O código malicioso também pode capturar dados de cartões de crédito quando essa forma de pagamento é escolhida. Nes-

se caso, a compra pode ser processada pelo estabelecimento, enquanto as informações do cartão ficam disponíveis para uso posterior em operações fraudulentas. A orientação é utilizar cartões virtuais que sejam temporários, cujos dados expiram depois da transação.

Caso o desvio seja percebido, o consumidor deve entrar em contato imediatamente com a instituição financeira, registrar a contestação e solicitar a abertura do Mecanismo Especial de Devolução do Pix. O procedimento permite rastrear a transferência e ten-

tar bloquear os recursos nas contas envolvidas. A rapidez na comunicação aumenta a possibilidade de recuperação do dinheiro, pois os valores podem ser enviados para outras contas em pouco tempo.

Também é recomendado guardar comprovantes, capturas de tela, mensagens, dados do pedido e protocolos de atendimento. Se a situação não for resolvida, o consumidor pode registrar reclamação nos canais do Procon e fazer um boletim de ocorrência. A documentação ajuda na análise do caso e na identificação das responsabilidades.

Os comerciantes devem manter os sistemas atualizados, adotar senhas fortes e monitorar alterações suspeitas nas páginas de pagamento.

A queda inesperada na confirmação de pedidos pagos por Pix também pode indicar que os valores não estão chegando à conta correta. Lojas que identificarem anormalidades devem suspender temporariamente a modalidade, revisar o ambiente tecnológico e informar os clientes potencialmente afetados.

O Procon de São Paulo reforça que a conferência do destinatário deve ser feita em todas as transferências, mesmo quando a compra ocorre em um site conhecido. A aparência regular da página não garante que o código gerado para o PIX esteja vinculado ao vendedor correto.

Governo planeja leiloar prédios históricos no Centro

SERGIO BRISOLA/DESCUBRA SAMPA

Da Redação

O governo de São Paulo planeja leiloar prédios históricos localizados no Centro da capital e atualmente ocupados por órgãos estaduais ou sem uso. Entre os imóveis estão o antigo Hotel Esplanada, o Cine Marrocos e o edifício do antigo Banco de São Paulo. Os primeiros leilões estão previstos para 2027.

A proposta ainda está em elaboração e prevê que a venda tenha regras sobre a destinação dos edifícios. Os contratos deverão estabelecer exigências para preservar os imóveis tombados e permitir novos usos, como hotelaria, moradia, cultura e entretenimento. Projetos de retrofit, que modernizam a estrutura mantendo caracterís-

ticas arquitetônicas, também são estudados.

Um dos imóveis incluídos no plano é o Hotel Esplanada, na Praça Ramos de Azevedo, atrás do Theatro Municipal. Inaugurado em 1923, o prédio foi projetado pelo arquiteto francês Joseph Gire, responsável também pelo Copacabana Palace, no RJ. Adquirido pelo Estado em 2012, atualmente abriga as secretarias de Agricultura e Turismo, com 621 funcionários. A intenção é que volte a ter uso hoteleiro.

O Cine Marrocos, inaugurado em 1951 e sem funcionamento regular desde os anos 1990, também está no pacote. O projeto em análise prevê recuperar a antiga sala, com capacidade para aproximada-



Hotel Esplanada está entre os imóveis que podem ir a leilão

mente 2 mil pessoas, para receber espetáculos. A torre de 12 andares poderá ser destinada à habitação.

Os estudos estão relacionados à construção do novo Centro Administrativo do Estado nos Campos Elíseos. O complexo deverá concentrar aproximadamente 22 mil servidores que hoje trabalham em dezenas de imóveis espalhados pela capital. As obras estão estimadas em R\$ 6,1 bilhões, com entrega prevista para 2030.

Segundo o secretário de Projetos Estratégicos, Guilherme Afif Domingos, a arrecadação com os leilões poderá ajudar a pagar parte das desapropriações para o novo centro administrativo. Esses gastos são estimados em R\$ 600 milhões.